

**PROGRAMA OPERACIONAL DO CAPITAL HUMANO**  
**Versão de trabalho – Fevereiro 2014**

**Parecer da CGTP-IN**

**1. Resumo do Programa Operacional**

O Programa Operacional do Capital Humano (POCH) tem uma dotação de 3.096 milhões de euros em fundos comunitários (neste caso Fundo Social Europeu), tendo um peso de 12,2% no total dos fundos europeus estruturais e de investimento 2014-2020. Apenas abrange as regiões menos desenvolvidas do continente (Norte, Centro e Alentejo), afirmando-se no documento que “será implementado de forma coerente e articulada” com os PO regionais<sup>1</sup>.

Este PO sucede parcialmente ao actual PO Potencial Humano, dado que as matérias incluídas objectivos relativos ao “Estímulo à criação de emprego” e “Promoção da Igualdade de Oportunidades” passam a fazer parte do novo PO temático Inclusão Social e Emprego e as relativas à formação contínua dos trabalhadores em geral e da Administração Pública passam (embora com insuficiências) para o PO temático Competitividade e Internacionalização.

O quadro seguinte compara os objectivos do POPH 2007 – 2013 e do POCH 2014 – 2020.

**Quadro 1 – Objectivos POPH (2007-2013) e POCH (2014 – 2020)**

| <b>Objectivos POPH 2007 - 2013</b>   | <b>Objectivos POCH 2014 – 2020</b>   |
|--|--|
| <p>Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposta em estratégias de educação e formação dirigidas a jovens e adultos (ens. secundário como referencial mínimo);</li> <li>• Expansão das vias profissionalizantes para a formação inicial de jovens;</li> <li>• Oferta de percursos de formação flexíveis que permitam a certificação de adultos</li> </ul> | <p>Promoção do sucesso e a redução do abandono escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atracção de jovens que não tenham concluído o ensino secundário;</li> <li>• Adaptação da estrutura do sistema de educação e formação às actuais exigências educativas, nomeadamente pela diversificação e consolidação de vias alternativas à conclusão da escolaridade obrigatória;</li> <li>• Oferta formativas mais consentâneas com os interesses vocacionais e profissionais dos alunos;</li> <li>• Desenvolvimento de mecanismos de apoio individualizado aos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem</li> </ul> |
| <p>Promoção do conhecimento científico, inovação e modernização do tecido produtivo e da Administração Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alargamento das qualificações pós-graduadas</li> <li>• Apoio a formações</li> </ul>  | <p>Aumento da eficácia na produção de qualificações orientadas ao mercado de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior adaptação das ofertas de educação e formação profissional – reforço da vertente profissionalizante dos currículos ao nível básico e secundário;</li> <li>• Maior articulação entre educação, formação e mundo do trabalho através da criação de cursos profissionalizantes</li> </ul>   |

<sup>1</sup> Pág. 9

**Objectivos POPH (2007-2013) e POCH (2014 – 2020) - continuação**

| <b>Objectivos POPH 2007 - 2013</b>  | <b>Objectivos POCH 2014 – 2020</b>   |
|---|--|
| <p>Estímulo à criação de emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção do empreendedorismo</li> <li>Mecanismos de apoio à transição para o emprego que privilegiem o contacto dos jovens com o mercado de trabalho</li> </ul> | <p>Aumento da atractividade e do número de diplomados do ensino superior</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da atractividade da oferta das Instituições de Ensino Superior e da sua competitividade em termos de produção científica e valorização internacional;</li> <li>Promoção do empreendedorismo e dos conhecimentos transversais para o mercado de trabalho;</li> <li>Promoção do acesso a jovens e adultos desempregados a novas ofertas formativas de ensino superior</li> </ul> |
| <p>Promoção da igualdade de oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção da inserção social</li> <li>Integração da igualdade de género como factor de coesão social</li> </ul>   | <p>Melhoria das qualificações da população adulta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Encaminhamento dos jovens adultos para programas de aprendizagem ao longo da vida, com reforço das suas qualificações (com ofertas educativas/formativas que conduzam a certificação e/ou com reconhecimento de competências)</li> </ul>  |
|   | <p>Promoção da qualidade no sistema de educação e formação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Maior autonomia das escolas;</li> <li>Formação de professores</li> </ul>   |

Fonte: POCH e POPH

Este PO está organizado pelos seguintes eixos, a cada um correspondendo uma cabimentação orçamental conforme descrito abaixo:

**Quadro 2 – Eixos POCH e seu financiamento**

| <b>Eixos</b>   | <b>Aspectos gerais</b>  | <b>Ações abrangidas</b>   | <b>Financiamento</b>               |
|--|---|---|------------------------------------|
| <b>1 – Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar precoce e qualificação de jovens</b> | Diversificação das ofertas educativas no secundário de dupla certificação e atribuição de apoios sociais; reforço da vertente profissionalizante e criação de vias paralelas aos percursos de formação geral (de acordo com as necessidades das empresas) | <p>Cursos de ensino vocacional;</p> <p>Apoios específicos de acção social escolar;</p> <p>Cursos de ensino profissional;</p> <p>Cursos de aprendizagem;</p> <p>Cursos de ensino artístico especializado</p> | 1.641 M€<br>(Fundo Social Europeu) |
| <b>2 – Reforço do ensino superior e da formação avançada</b>   | Reforço do número de diplomados do ensino superior, através de formações de curta duração; manutenção das condições de igualdade de acesso através de bolsas de acção escolar; desenvolvimento de novos cursos superiores de curta duração                | <p>Apoio a estudantes do ensino superior (c/Bolsas para Alunos carenciados);</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais;</p> <p>Programas de doutoramento e bolsas de pós-doutoramento</p>             | 940 M€ (FSE)                       |

### Eixos POCH e seu financiamento - continuação

| Eixos   | Aspectos gerais  | Acções abrangidas   | Financiamento  |
|---|--|---|----------------|
| <b>3 – Aprendizagem ao longo da vida</b>                          | Qualificação da população adulta (pop. Alvo: adultos entre os 18 e os 30 anos s/ ens. Secundário completo e adultos entre os 30 e 55 anos s/ ens. Básico ou sec. Completo)   | Cursos de educação e formação de adultos;<br>Cursos de ensino recorrente;<br>Processos de reconhecimento, validação e certificação de competências  | 275 M€ (FSE)   |
| <b>4 – Qualidade e inovação do sistema de educação e formação</b> | Melhoria da qualidade pedagógica; novos conteúdos para a educação e formação; implementação de mecanismos regionais de ajustamento de ofertas educativas e formativas orientadas às necessidades dos territórios; orientação escolar e aposta no encaminhamento para os percursos educativos adequados ao perfil e vocação de cada aluno | Programa de formação contínua de professores e gestores escolares;<br>Programa de formação de formadores e outros agentes de formação;<br>Qualificação da intervenção precoce na infância e na educação especial;<br>Programa de promoção da autonomia das escolas;<br>Serviços de psicologia e orientação;<br>Outras | 180 M€ (FSE)   |
| <b>5 – Assistência técnica</b>                                    | Gestão, acompanhamento e controlo interno, avaliação e informação do POCH  |   | 59,75 M€ (FSE) |
| <b>TOTAL</b>  |  | <b>3.096 M €</b>  |                |

## 2. Contextualização

Apesar das melhorias substanciais verificadas desde 1974, para as quais a democratização do ensino foi essencial, persistem as baixas qualificações entre a população portuguesa. A discrepância face à média europeia é acentuada e as baixas qualificações – a par de vários outros factores – continuam a condicionar a produtividade e competitividade do tecido produtivo português.

**Quadro 3 – Indicadores de educação e formação**

| Indicador                             | Portugal (2012) | União Europeia (27)   |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------------|
| Pop. (25-64 anos) com ens. secundário | 37,6%           | 74,2%                 |
| Pop. (25-24) com ens. secundário      | 67,5%           | 80,2%                 |
| Indicador                             | Portugal (2013) | Objectivo Europa 2020 |
| Pop. (30-34) com ensino superior      | 29,2%           | 40%                   |
| Taxa de abandono precoce              | 19,2            | <10%                  |

Fonte: POCH

O POCH identifica ainda outros constrangimentos relativos às baixas qualificações, entre os quais se destaca a reduzida participação adulta em actividades de formação certificada – o que revela o elevado incumprimento das normas da legislação laboral relativas às 35 horas anuais de formação profissional obrigatórias por trabalhador.

Nos constrangimentos elencados no PO são, no entanto, omissos os efeitos que os baixos rendimentos das famílias – e a sua redução acentuada no passado recente – têm no nível de abandono escolar precoce e de participação no ensino superior.

Dados recentes do Eurostat confirmam que os rendimentos e condições de vida dos pais são factores que determinam fortemente o percurso escolar dos filhos – Portugal é, aliás, o segundo país da União Europeia onde há menos mobilidade entre níveis de ensino entre pais e filhos (Quadro 4), o que significa que a maioria das pessoas cujos pais têm baixas qualificações têm também baixas qualificações.

**Quadro 4 - Nível de Educação dos adultos com idades entre os 25 e os 59 anos por níveis de educação dos pais, 2011**

|                 | Nível de educação dos adultos com: |       |         |                                  |       |         |                                     |       |         |
|-----------------|------------------------------------|-------|---------|----------------------------------|-------|---------|-------------------------------------|-------|---------|
|                 | Pais com baixas habilitações (%)   |       |         | Pais com habilitações médias (%) |       |         | Pais com elevadas qualificações (%) |       |         |
|                 | Baixo                              | Médio | Elevado | Baixo                            | Médio | Elevado | Baixo                               | Médio | Elevado |
| <b>EU 28</b>    | 34                                 | 48    | 18      | 8                                | 59    | 33      | 3                                   | 33    | 63      |
| <b>Portugal</b> | 68                                 | 19    | 13      | 20                               | 39    | 41      | 8                                   | 23    | 70      |

Fonte: Eurostat, Dezembro 2013

A condição socioeconómica das famílias das crianças e jovens é, assim, condicionante primária do seu percurso escolar, não podendo ser ignorada ou relegada para segundo plano. No entender da CGTP-IN, a orientação geral do POCH – centrando-se no incremento da vertente profissionalizante do ensino (quer ao nível secundário quer superior) e direccionando os estudantes com maiores dificuldades para tal vertente sem combater as causas primárias de desigualdade no ensino – não irá alterar substancialmente o panorama de mobilidade social em Portugal. Sem no entanto ignorar a importância do ensino profissionalizante, a CGTP-IN rejeita a tentativa de elitizar as áreas científico-humanísticas e o ensino superior, ao mesmo tempo que se promove a entrada antecipada no mercado de trabalho dos jovens que, por terem menos aproveitamento escolar, serão empurrados para os cursos técnico-profissionais. Tal processo reflectiria um retrocesso de 40 anos, fazendo lembrar o período em que, desde cedo e sem que estivesse completa a formação das crianças e jovens enquanto cidadãos, alguns iam para o liceu e a maioria para a escola técnica.

Outra das orientações transversais ao POCH é que os projectos abrangidos pelos apoios terão que moldar às necessidades das empresas, que passam a ter uma intervenção directa nas

escolas – nomeadamente nos Cursos Vocacionais, nos Cursos de Aprendizagem Dual, Ensino Profissional (Eixo 1) – mas também nas instituições de ensino superior – nomeadamente com os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Eixo 2).

Estas orientações gerais estão patentes nos eixos que arrecadam um maior financiamento do Fundo Social Europeu: Eixo 1 – Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar precoce e qualificação de jovens, e Eixo 2 – Reforço do Ensino superior e da formação avançada.

Quanto a esta matéria, a CGTP-IN entende que a formação deve ser feita de modo a dotar os formandos de qualificações que os preparem para o trabalho e os coloquem em condições de fazer as suas escolhas profissionais, não os sujeitando (amarrando) às necessidades e escolhas temporárias das empresas. Qualquer orientação em matéria de aquisição de qualificações deve ter em conta os interesses e a formação da pessoa, enquanto profissional capaz de se adaptar às necessidades impostas pelo mercado do trabalho ou pelas suas próprias opções e expectativas.

### **3. Análise aos Eixos prioritários do POCH**

#### Eixo 1 – promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar precoce e qualificação de jovens

Na concretização dos objectivos do Eixo 1 as acções previstas pelo POCH (Cursos vocacionais, apoio específicos de acção social escolar, ensino profissional, cursos de aprendizagem dual e ensino artístico especializado) passam sobretudo por modalidades alternativas aos currículos científico humanísticos.

Em primeiro lugar, a CGTP-IN verifica que o PO não é suficientemente explícito quanto ao conteúdo das acções relacionadas com essas modalidades alternativas uma vez que elas já existem actualmente, não sendo explícito de que forma e que medidas serão tomadas para alcançar os resultados esperados no fim do período de programação, designadamente “aumentar até 2020, para 50%, o número de alunos inscritos em modalidades de ensino profissionalizante de dupla certificação no nível secundário” (pág. 32). Neste sentido, é necessário clarificar se o exposto no POCH significa uma reforma das ofertas formativas actualmente existentes, o reforço das mesmas ou a criação de outras ofertas.

Em segundo lugar, a CGTP-IN não pode deixar de manifestar alguma preocupação relativamente à vertente prática prevista para os cursos de aprendizagem dual – 40% do total da carga horária do curso (entre 2.800 e 3.700 horas) -, nomeadamente no que concerne à necessidade de garantir uma efectiva formação dos alunos, e não a transformação desta carga horária em trabalho efectivo não remunerado, pelo que, entre outras medidas, o acompanhamento pelas escolas do período de formação em contexto de trabalho é fundamental. É também necessário que as organizações representativas dos trabalhadores nas empresas onde esse a formação em contexto de trabalho decorre se pronunciem acerca da medida e acompanhem o seu desenvolvimento execução.

A CGTP-IN regista a inclusão dos Apoios específicos de acção social escolar como forma de diminuir a exclusão social e o abandono escolar, e promover o sucesso escolar. É necessário, no entanto, contextualizar a evolução do apoio social escolar, que conheceu uma enorme

diminuição em 2014 face ao ano anterior (Quadro 5), o que significa que milhares de crianças e famílias carenciadas viram aumentar os seus encargos escolares.

A abrangência do apoio social escolar é também diminuta, uma vez que apenas é atribuído aos agregados familiares do 1º e 2º escalões do abono de família – i.e., exclui os agregados com rendimento mensal superior ao IAS mensal (419€, com referência a 14 meses).

**Quadro 5 – Evolução das verbas destinadas ao apoio social escolar**

| (Milhões de euros)                        | OE 2011     | OE 2013     | OE 2014     | Varição<br>OE 2011 - OE 2014 |
|---|-------------|-------------|-------------|------------------------------|
| <b>Apoio social Norte</b>                 | 35,8        | 32,5        | 17,9        | -50%                         |
| <b>Apoio Social Centro</b>                | 11,6        | 9,1         | 8,9         | -24%                         |
| <b>Apoio social Lisboa e Vale do Tejo</b> | 15,8        | 13,6        | 10,1        | -36%                         |
| <b>Apoio Social Alentejo</b>              | 3,9         | 3,6         | 3,4         | -13%                         |
| <b>Apoio Social Algarve</b>               | 4,0         | 4,0         | 3,8         | -5%                          |
| <b>Total</b>                              | <b>71,1</b> | <b>62,7</b> | <b>43,9</b> | <b>-38%</b>                  |

Fonte: Mapas dos Serviços Integrados do Orçamento de Estado

Para garantir uma verdadeira igualdade no ensino é necessário assegurar a total gratuitidade do ensino público, o que inclui a gratuitidade dos manuais e materiais escolares.

Simultaneamente, a escola pública deve ter os meios financeiros, logísticos e materiais necessários para promover a igualdade no acesso à cultura e ao desporto a todas as crianças. A falta de condições para a realização das aulas de educação física e do desporto escolar e a redução do número de visitas culturais são exemplos dos obstáculos à promoção de uma efectiva igualdade entre os alunos, condicionando determinadamente o desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens e, conseqüentemente, o seu sucesso e percurso escolares.

Neste sentido, a CGTP-IN considera que as medidas incluídas no POCH terão um impacto limitado face à dimensão das desigualdades actualmente verificadas na escola pública, agravadas nos últimos anos pela proliferação do desemprego e dos baixos salários e que têm feito aumentar a pobreza infantil em Portugal, se as políticas actuais não se alterarem radicalmente.

## Eixo 2 – Reforço do Ensino superior e da formação avançada

Os baixos salários, o elevado desemprego e a insuficiência de oferta de ensino superior público em horário pós-laboral não só bloqueiam o acesso ao ensino superior por parte de milhares de estudantes que queriam prosseguir os estudos académicos, como também diminuem os incentivos de participação no ensino superior. O desemprego, a precariedade e os salários de

miséria que são anunciados nas ofertas de emprego dirigidas a jovens com elevadas habilitações têm conduzido à emigração massiva desta camada da população, fazendo com que sejam impedidos de dar o retorno social e económico aos anos em que os próprios, as suas famílias e o Estado investiram na sua formação. Assim, coloca-se que o aumento do número de diplomados verificado na última década não significa o aumento das qualificações da população empregada.

Tal como no ensino obrigatório, a CGTP-IN sublinha a necessidade do reforço das bolsas atribuídas aos estudantes do ensino superior, como é indiciado no Eixo 2 do POCH.

Nos últimos anos tem-se verificado uma quebra acentuada do número de bolsas atribuídas, devido a várias alterações aos regulamentos que restringiram os critérios de atribuição de bolsas: comparando o número de bolsas atribuídas no ano lectivo 2012/2013 com as atribuídas em 2010, verifica-se uma quebra de 23%, num contexto de diminuição acentuada dos rendimentos familiares.

Neste contexto, a CGTP-IN propõe o alargamento da oferta de ensino superior público em horário pós-labora, bem como dos critérios de elegibilidade no acesso às bolsas, nomeadamente com o aumento do rendimento mínimo do agregado familiar (*“Tenha um rendimento per capita do agregado familiar em que está integrado, calculado nos termos do artigo 45.º, igual ou inferior a 14 vezes o indexante dos apoios sociais em vigor no início do ano lectivo, acrescido do valor da propina máxima anualmente fixada para o 1.º ciclo de estudos do ensino superior público nos termos legais em vigor”*, Despacho n.º 8442-A/2012, de 22 de Junho de 2012), que actualmente impede que um estudante cujos pais auferam mais de 664€ mensais<sup>2</sup> receba bolsa.

Os programas de doutoramento e pós-doutoramento, sectores fundamentais para a investigação científica e desenvolvimento de um país, foram francamente atingidos pelas opções governamentais, com o número de bolsas da FCT a ser brutalmente reduzido: em 2007 foram atribuídas 2031 bolsas de doutoramento e pós doutoramento, e em 2014 apenas 604, o que corresponde apenas a 17% do total das candidaturas apresentadas e uma quebra de cerca de 50% face a 2013. Tal redução põe determinantemente em causa a investigação e inovação em Portugal.

A acção prevista no Eixo 2 – Programas de doutoramento e pós-doutoramento não refere metas mínimas para o número de abrangidos pelas bolsas de investigação, o que, perante o recuo de quase duas décadas nas bolsas atribuídas, pode significar a manutenção da percentagem exímia de candidaturas aceites pela FCT por longos anos – determinando o abandono da investigação por parte de muitas centenas de cientistas.

Por outro lado, a CGTP-IN rejeita uma estreita orientação dos fundos do POCH dirigidos a esta acção para os programas doutorais e pós-doutorais que “ofereçam garantias de qualidade e rentabilidade” (pág. 40) para as empresas. Esta restrição afasta os apoios de áreas científicas e humanas que não sendo potencialmente rentáveis para as empresas, são fundamentais para a construção da nossa identidade e história colectivas, do desenvolvimento humano, social, cultural e artístico no nosso país.

---

<sup>2</sup> Cálculos da CGTP-IN

A criação de uma formação de ensino superior de curta duração (dois anos) – Cursos Técnicos Superiores Profissionais -, e em simultâneo um ensino superior “de primeira” e um ensino superior “de segunda”, é uma falsa forma de alcançar o objectivo de aumento do número de diplomados (sendo a meta Europa 2020: 40% de diplomados com idade compreendidas entre os 30 e os 34 anos). Estes cursos não aparentam ter grandes diferenças face aos já existentes Cursos de Especialização Tecnológica (CET), pelo que constituem uma sobreposição ao que já é leccionado no ensino superior politécnico (sendo que os CET até possibilitam ter mais formação em contexto de trabalho do que o que é previsto nos novos cursos). Assim, a diferença maior parece residir numa poupança que o Governo quer fazer às custas da redução da qualidade da formação superior.

É ainda preocupante que, tendo o Governo já avançado com a criação e regulamentação destes cursos, não preveja a inclusão da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior na fase do seu processo de registo e de avaliação, o que pode significar que se está perante um ciclo de estudos de qualidade não superior.

Segundo o proposto no POCH, estes cursos têm como grupos-alvo “jovens entre os 17 e os 30 anos com **ensino secundário incompleto** ou completo que procuram uma formação de ensino superior de curta duração de nível pós-secundário”. A possibilidade de alargar estes cursos de dois anos a estudantes sem o ensino secundário ao mesmo tempo que se diminui a sua duração face aos CET coloca o problema de atribuir o mesmo grau de qualificação (nível 5) a quem opta por uma formação mais prolongada ou mais curta. Na opinião da CGTP-IN, a criação destes cursos terá de ser melhor fundamentada, não podendo assentar num objectivo meramente economicista e que implique a desvalorização da vertente profissionalizante actualmente existente.

### Eixo 3 – Aprendizagem ao longo da vida

O Eixo 3 prevê como uma das acções o fomento do ensino recorrente, em declínio há vários anos com o encerramento desta oferta em várias escolas. Estando a CGTP-IN de acordo com o financiamento do ensino recorrente, permitindo a reabertura desta oferta nas escolas onde este deixou de existir e o alargamento a outras escolas públicas, discorda linearmente com a orientação desta oferta para os alunos entre os 16 e 18 anos, que estão abrangidos pela escolaridade obrigatória.

Assim, o POCH prevê: *“Com o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e perante a Lei do Trabalho que permite que o primeiro emprego a partir dos 16 anos, teremos jovens que **não podem sair** do sistema educativo, e passam a ser trabalhadores e estudantes. Este facto implica a existência de uma oferta que permita aos jovens conjugar o emprego com a escolaridade obrigatória. Este é mais um desafio a que o ensino recorrente em que dar resposta.”* (pág. 49)

A concepção de que a escolaridade obrigatória pode ser compatível com um trabalho constitui uma perversão face ao disposto no Decreto-Lei 179/2012, que regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, e prevê o dever do Estado em *“garantir uma igualdade efectiva de oportunidades”* (DL 179/2012). O POCH, em vez de promover as condições para que nenhum jovem abrangido pela escolaridade obrigatória não tenha de trabalhar – uma vez que um jovem que trabalhe várias horas por dia não possui o mesmo tempo de estudo que um jovem



que não trabalhe -, prevê afastar alguns segmentos das vertentes escolares que assumem a escola como ocupação principal e única dos estudantes e remetê-los para uma vertente de ensino diferente. A opção por remeter os jovens trabalhadores-estudantes abrangidos pela escolaridade obrigatória para o ensino recorrente em vez de criar condições para que possam apenas estudar é, logo à partida, um factor contrário à promoção da “*igualdade efectiva de oportunidades*”.

#### Eixo 4 – Qualidade e Inovação do sistema de educação e formação

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) estão actualmente abaixo do mínimo exigível, em consequência da diminuição do número de psicólogos nas escolas públicas. As normas internacionais apontam o rácio mínimo de 1 psicólogo por cada 1000 alunos, sendo o rácio actual de 1 psicólogo por cada 1658. Os psicólogos escolares são ainda sujeitos a contratos de trabalho precários (quer no sector público, quer no privado), e estão obrigados a percorrer várias escolas, bastante dispersas geograficamente, o que dificulta a prestação dos serviços de psicologia e orientação mais adequados e de qualidade à população estudantil.

A acção prevista no Eixo 4 relativa aos SPO deve zelar pelo cumprimento a curto prazo dos rácios mínimos e pela sua melhoria antes do término do Programa Operacional (i.e., ter mais de 1 psicólogo por cada 1000 alunos). Neste contexto, a CGTP-IN propõe que o indicador de resultados desta acção não seja a “*percentagem de escolas/agrupamentos com psicólogo*” (pág. 61, Quadro 29 e pág. 63, Quadro 30) – já que tal não significa necessariamente mais psicólogos escolares, mas apenas a possibilidade de se alargar o número de escolas/agrupamentos por psicólogo – e que este indicador seja substituído por “*número de alunos por psicólogo*” ou, em alternativa o “*número de psicólogos por 1000 alunos*”, de forma a permitir a comparação com a meta mínima definida internacionalmente.

#### **4. Acompanhamento**

O documento prevê a criação de uma Comissão de Acompanhamento para o PO, que reunirá pelo menos duas vezes por ano, mas não define a sua composição, estando ainda por preencher a parte relativa ao tipo de acções para envolver os parceiros na preparação do PO e o seu papel na execução, acompanhamento e avaliação (pág. 74). A CGTP-IN defende que o órgão de consulta deve ter membros efectivos de todos os parceiros sociais, reunir trimestralmente para fazer a avaliação do impacto da execução financeira e física do programa operacional e corrigir atempadamente erros e objectivos.

Deve ultrapassar-se o modo de funcionamento burocratizado e, em muitos casos, meramente sancionatório das opções do Governo/autoridade de gestão que tem caracterizado os períodos de programação anteriores, em que o peso da administração pública é desproporcional face às outras entidades, nomeadamente os parceiros sociais. A participação deve começar na própria elaboração do programa e dos regulamentos necessários a cada programa e medida.

Lisboa, 28.03.14

CGTP-IN